REVISTA UNIFAMMA

Volume 19, nº 2-2020

O CRESCIMENTO DO ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DO PARANÁ DE 2015 A 2019

Laurice de Fátima Gobbi Ricardo.[1]
Gerson da Silva [2]
Paulo Sérgio Ferreira [3]
Rosilene Nogueira Gonçalves[4]

RESUMO

Esse artigo é fruto de resultados de pesquisa obtido por meio do projeto de extensão voltados a área de Agricultura Familiar e ICMS Ecológico, em desenvolvimento na UNIFAMMA no período de 2020-2021, pelos autores. Nesse momento o objetivo é trazer a discussão do ICMS Ecológico no Estado do Paraná, visualizando a importância desse incentivo e os Municípios que fazem parte desse instrumento para a preservação e conservação de unidades consideradas áreas públicas de preservação ambiental. O ICMS Ecológico é um importante instrumento para garantir as unidades e conservação ambiental em todo território nacional. Como resultados encontrados em 2019, tem registro de 216 Municípios participantes do repasse do ICMS Ecológico e recebem do Estado do Paraná os recursos provindos dos 5% do total de ICMS arrecadado pelo Estado. No total o Estado repassou de ICMS Ecológico, em 2019, o valor bruto de R$193.165.793,12 aos municípios cadastrados. E esse recurso foram aplicados nas unidades de conservação ambiental que estão aos cuidados dos gestores locais.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente. Gestão Ambiental. ICMS Ecológico.

[1] Doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/SP. Mestre em Educação pela UEM/PR. Professora do Centro Metropolitano de Maringá- UNIFAMMA do Curso de Ciências Contábeis. Coordenadora do Projeto de Extensão: Agricultura Familiar e ICMS Ecológico.– E-mail: Laurice.gobbi@unifamma.edu.br.

[2] Especialista em Tributária e Perícia Contábil. Professor do Curso de Ciências Contábeis da UNIFAMMA. Coordenador Adjunto Projeto de Extensão: Agricultura Familiar e ICMS Ecológico. – E-mail: gerson.silva@unifamma.edu.br.

[3] Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UNIFAMMA. Participante discente o Projeto de Extensão. E-mail: paulo_v19.sji@hotmail.com.

[4] Mestre em Educação pela UEM. Professora do Centro Metropolitano de Maringá- UNIFAMMA do Curso de Ciências Contábeis. Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da UNIFAMMA. Participante docente do Projeto de Extensão. E-mail: rosilene@unifamma.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Os dados coletados nesse artigo é parte do estudo em desenvolvimento pelos autores, por meio do projeto de extensão institucional da UNIFAMMA na área da agricultura familiar e ICMS Ecológico: “Levantamento de dados do papel do governo local na aplicação de recursos públicos na área da agricultura familiar do município de São Jorge do Ivaí e os incentivos tributários e fiscais para a preservação ambiental nos municípios que compõem a AMUSEP”, aprovado em 2020. A pesquisa institucional está vinculada a área de conhecimento Ciências Aplicadas e Socais, na linha programática de Gestão e Recursos Naturais – Desenvolvimento Urbano e Rural.

A pesquisa do projeto de extensão tem como objetivo geral avaliar os incentivos governamentais ao pequeno agricultor, ou seja, a agricultura familiar e, também, verificar os repasses efetuados por meio do ICMS Ecológico e quais os Municípios que se beneficiam de tais recursos. Como resultado esperado dessa pesquisa, no seu final, levantar dados para estimar a importância do agronegócio na Região dos municípios pesquisados, o valor dela no cenário econômico da Região, assim como, verificar os recursos arrecadados pelos incentivos provindos do ICMS Ecológico na preservação e manutenção do meio ambiente. E, dessa forma, compreender quais as dificuldades encontradas pelos agricultores para se beneficiarem dos direitos e os entraves existentes no governo local a qual a lei impõe para tornar disponível os recursos do Governo Federal e Estadual, nesses segmentos: agricultura familiar e o ICMS Ecológico.

Para esse artigo, o recorte dado aos dados já pesquisados é mostrar a evolução do ICMs Ecológico no Estado do Paraná de 2015 até 2019. O objetivo específico: Compreender por meio de revisão de literatura a política pública voltada para a o ICMS Ecológico; levantar as informações por meio de coleta de dados os valores do ICMS Ecológico, no Estado do Paraná; e analisar os dados coletados para averiguar a implementação da política pública, no papel desempenhado pelo gestor local na

implementação dos recursos recebidos por meio do instrumento dado pelo ICMS Ecológico.

A metodologia aplicada para essa pesquisa e recorte foi o levantamento de dados pelo site do Governo do Paraná, e analise da coleta de dados governamentais para conhecer os Municípios que são contemplados pelo ICMS Ecológico. A modalidade deste trabalho será pautada em método descritivo, no qual estará apresentando a real situação desse recurso, suas dificuldades e a forma de poder melhorar os repasses de recursos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental pelos incentivos recebidos pelos Municípios pesquisados.

Procedimento da pesquisa ocorreu por levantamentos e pesquisas bibliográficas e documentais, analisando os quantitativos pesquisados da mesma e comparando com a legislação pertinente. Observando os cenários e ambientes, foram utilizadas fontes de campo e informações qualitativas e quantitativas para um maior conhecimento da pesquisa. Para esse artigo, os dados coletados serão parciais da pesquisa que ainda se encontra em andamento e foram realizadas de sites governamentais. Os quantitativos apresentados é uma pequena amostra dos dados coletados por meio do projeto de extensão desenvolvidos na IES, na área de Agricultura Familiar e ICMS Ecológico.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 ICMS ECOLOGICO COM BASE NA LEGISLAÇÃO

O ICMS Ecológico origina-se a ideia de economia voltado ao crescimento regional. Para que o sistema estruturado dentro do pensamento econômico viesse a ser mantido, a modelagem sobre como melhor utilização da matéria prima, teve a sua prioridade na agenda, entre os governantes. Qual a melhor forma de utilizar a matéria prima na transformação dos produtos sem afetar diretamente o meio ambiente. A preocupação dos governantes na externalidade negativa a sociedade com o processo de manufatura da matéria prima de produtos naturais. O processo de manufatura e o desenvolvimento estão atrelados ao aumento da utilização da matéria prima, recursos

esses que são provenientes de bens naturais. E, esses recursos naturais são bens públicos, até o momento que ganham valoração monetária pela sua manufatura.

Com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e as suas atualizações em 2010, estabeleceu-se que a preservação do ambiente proporciona a sociedade condições de desenvolvimento econômico sustentável e saudável. Desenvolvimento econômico pensado em conjunto com melhoria e recuperação da qualidade ambiental, propicia melhor qualidade de vida aos indivíduos. Dessa forma, o conjunto de ideias (produção sustentável + meio ambiente), traz harmonia entre o desenvolvimento econômico e qualidade de vida ambiente, o ideal almejado por todos. Para Machado (2010) quando escreve sobre a equidade no acesso aos recursos naturais deixa claro que a equidade deve orientar o uso equilibrado dos bens naturais mais importantes para a humanidade: a água, o ar e o solo. Dentre as formas de acesso aos bens ambientais destaque que:

> O acesso visando ao consumo do bem (captação de água, caça, pesca), acesso causando poluição (acesso à água ou ao ar para lançamento de poluentes; acesso ao ar para a emissão de sons) e acesso para a contemplação da paisagem. (MACHADO, 2010, p. 64)

Em todo o processo, a econômica e o meio ambiente estão intrincados e afeta diretamente o bem estar da sociedade. Segundo Machado, “Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (MACHADO, 2010, p. 63). Assim, toda a política ambiental adotada pelos governantes, vem com o proposito de internalizar as externalidades no processo de transformação do produto natural em manufatura de produtos industrializados.

Todo o processo de transformação de um produto natural, há custos tangíveis e intangíveis para a sociedade. Custos com a degradação ambiental, custos com a diminuição de produtos ambientais, custos com a poluição e acúmulos de resíduos, e “o homem não é a única preocupação do desenvolvimento sustentável. A preocupação da Natureza deve também integrar o desenvolvimento sustentável” (MACHADO, 2010, p. 63). Pela Constituição Federal Art. 225:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, CF/88, Art.225)

É parte do gestor público coordenar as ações por meio de formulação de políticas ambientais e implementações de tais políticas, pela gestão de recursos que propiciam a garantia do pleno gozo dos direitos apontados pela CF/88 em seu art. 225. E, dentro dessas perspectivas os incentivos governamentais econômicos para indução da diminuição dos impactos negativos ambientais, abrangem as concessões de incentivos fiscais a quem investem na preservação ambiental. De acordo com entendimentos dados pelo § 1º do art. 225 da CF/88, o Poder Público pode criar mecanismo de coordenação e gestão ambiental, dentro do seu território governamental, com intuito de preservação, restauração e manejos ecológico/ambiental.

Os incentivos fiscais como o ICMS Ecológico tornam-se um instrumento considerado como um meio governamental para incentivar a preservação ambiental junto aos Municípios. Segundo Oliveira e Murer, “o Poder Público pode optar por ações afirmativas diante da técnica de incentivos que buscam influenciar o comportamento desejado, facilitando-o ou atribuindo-lhe consequências agradáveis”. (OLIVEIRA e MURER, 2010, 193)

Os governantes Estaduais podem viabilizar políticas ambientais e, por meio da extra fiscalidade do tributo ICMS, incentivar os governos Locais a cumprir tarefas ambientais com vista a sustentabilidade ambiental e preservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. E, dessa forma, criar políticas voltadas a proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Segundo Payão e Ribeiro, “a estruturação da tributação extrafiscal no campo ambiental pode abranger instrumentos fiscais de diversas naturezas, e, que não constituam necessariamente em renúncia de receita” (PAYÃO e RIBEIRO, 2016, p. 293)

Os incentivos fiscais “exigem uma contrapartida do contribuinte e, nessa medida, estimulam a realização de determinadas condutas, que vêm ao encontro dos

interesses públicos” (PAYÃO e RIBEIRO, 2016, p. 299), desta forma entende-se que o ICMS Ecológico:

> é um importante instrumento que pode ser utilizado nos Estados como instrumento de política pública que concilie Tributação e Preservação do Meio Ambiente, contribuindo para a imposição de um conteúdo verdadeiramente substancial à tributação, e o que é mais importante, sem criar, necessariamente, um novo tributo. (OLIVEIRA e MURER, 2010, 195)

Caracteriza um instrumento pois os governos Locais podem utilizar os recursos que retornam do Estado da fonte da tributação do ICMS arrecadado para programar políticas voltadas a conservação e a preservação ambiental de suas reservas particulares. De acordo com a definição dada pelo IAP/PR (Instituto ambiental do Paraná), o ICMS Ecológico é “Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos” (PARANÁ, IAP/2020). Assim, tanto as definições de Oliveira e Murer (2010) e as do IAP/PR, o ICMS Ecológico trata de um instrumento de aplicação de recursos na manutenção e preservação do meio ambiente. E devem aplicar em seu entorno as Unidades de Conservação Ambiental.

2.2 O ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DO PARANÁ.

O ICMS Ecológico foi instituído no Estado do Paraná em 1991, por meio da Lei complementar 59, e em vigor até o presente com as atualizações ocorridas no decorrer dos anos. São contemplados na presente lei, de acordo com o art. 1º, “municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público”. (BRASIL, LC 59/1991). De acordo com a legislação Estadual as prefeituras deverão “cadastrar as unidades de conservação ambiental municipal junto à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente”. (BRASIL, LC 59/1991, Art. 2º - Parágrafo Único). Outras normas contemplam a regulamentação do ICMS Ecológico no Estado, de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1: ICMS Ecológico: principais normas e regulamentos no Estado do Paraná.

Legislação	A que se destina
Lei Complementar nº 63 [de 11 de janeiro de 1990] Federal.	Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos municípios.
Lei complementar nº 59. [de 1 de outubro de 1991] Estadual.	Trata da repartição de 5% do ICMS, a que se refere o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.
Decreto Estadual nº 2.791. [de dezembro de 1996]	Estabelece critérios técnicos de alocação de recursos a que alude o art. 5º da lei complementar nº 59, de 01/10/1991, relativos a mananciais destinados a abastecimento público.
Decreto Estadual nº 3.446. [de 14 de agosto de 2007]	Trata da criação, no Estado do Paraná, das Áreas Especiais de Uso Regulamentado – Aresur.
Decreto Estadual nº 1.529. [de 2 de outubro de 2007]	Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná e atualiza procedimentos para a criação de reservas particulares do patrimônio natural - RPPN.

Fonte: Autores, com base na Legislação reportada.

Todas as normas citadas no Quadro 1, apresentam a forma de como o Estado do Paraná organiza a distribuição do ICMS Ecológico. Para cada governo Estadual, se estabelece uma política de incentivos fiscais ecológicos. No Estado do Paraná, os municípios que possuem unidades de conservação recebem, caso estiverem com cadastro aprovado no IAP (Instituto Ambiental do Paraná), recurso do total de ICMS arrecadado pelo Estado, conforme a área geográfica são destinados 5% (cinco) aos municípios cadastrados. Além da extensão geográfica, o critério de distribuição está de acordo com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Paraná (SEDEST): o grau de investimento ambiental na área, manancial de captação, entre outros fatores. Conforme o Quadro 2 as categorias e manejo e âmbito de gestão para a avaliação dos critérios para a concessão e cadastro do Município do ICMS Ecológico:

Quadro 2: categoria de unidade de conservação

Tábua categoria
PARQUE ESTADUAL OU PARQUE NACIONAL
PARQUE MUNICIPAL – BOSQUE MUNICIPAL OU FLORESTA MUNICIPAL
RPPN FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA
ARIE OU REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE - RVS – DOMINIO PÚBLICO
ÁREA DE TERRA INDIGENAS
ESTAÇÃO ECOLÓGICA OU RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL
ESTAÇÃO ECOLÓGICA OU RESERVA BIOLÓGICA MUNICIPAL
FLORESTA ESTADUAL OU FLORESTA NACIONAL
MONUMENTO NATURAL DOMINIO PUBLICO
ARESUR (FAXINAL)

Fonte: IAP/PR - 2020

Dos 5% (cinco) do total do ICMS arrecadado pelo Estado fica estabelecido o repasse aos municípios que tenha mananciais e água que seja utilizado para manutenção própria ou de outros municípios a atribuição de 2,5% (dois virgula cinco) dos ICMS arrecadado; e 2,5 (dois virgula cinco), aos municípios que tenha em sua área geográfica unidades de conservação, área de terras indígenas , reservas (RPPN), faxinais e reservas florestais. (SEDEST, 2020).

É interessante que o Estado do Paraná está dividido em 10 mesorregiões e suas microrregiões. Do total de 399 Municípios para maior coordenação e gestão de desenvolvimento econômico, cada mesorregião foi criada Associações entre os Municípios pertencentes as microrregiões. O Estado do Paraná contém 18 Associações Intermunicipais. Que mantém uma relação de cooperação horizontal entre os municípios da mesma regional, ou seja, associação. Essas associações intermunicipais tem uma ligação de cooperação vertical para com o Estado do Paraná.

Todas as decisões políticas regionais são, amplamente, abordadas e discutidas na arena das Associações, inclusive as questões ambientais. Cada associação tem interesses comuns regionais as quais fazem com que os gestores Locais formalizem

ações de cooperação para a aplicação de politicas públicas, assim, como na arena, também, a abordagem das políticas locais, dada a importância das especificidades de cada município, como por exemplo, os aterros sanitários. Por meio da Figura 1, demonstra que o Estado do Paraná, está estruturado de forma que as questões regionais chegam de forma mais próximo ao Estado, por via dos representantes de cada Associação.

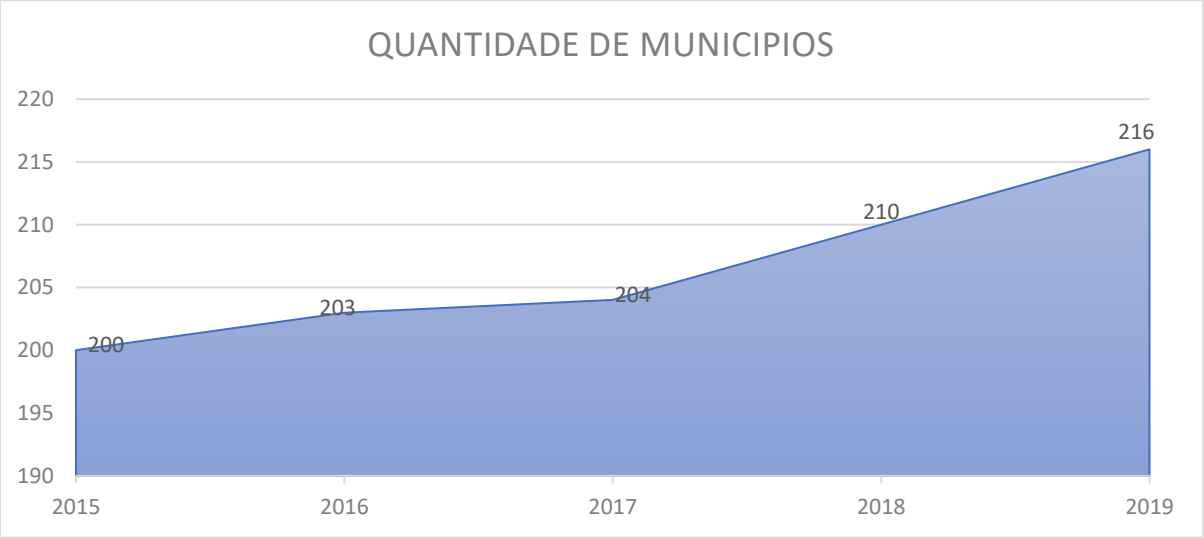
Figura 1: Associações dos Municípios do Estado do Paraná.



Fonte: Cata Geográfica (Geografia – Meio ambiente e Sociedade), 2012.

Em todo o Estado do Paraná até dezembro de 2019, tem registro no sistema de controle do Estado 216 municípios que recebem subsídios por meio do ICMS Ecológico, dos 399 Municípios existentes. No Gráfico 1 a evolução crescente de municípios que desde 2015 está subsidiado por recursos repassados pelo Estado do Paraná por meio do ICMS Ecológico.

Gráfico 1: Quantidade de Municípios que recebem ICMS Ecológico.



Fonte: Autores com base nos dados da SEDEST/IAP/SEFA/PR/2020.

Assim, do total de Municípios do Estado, 54% (cinquenta e quatro) dos municípios do Estado estão comtemplados pelo ICMS Ecológico. Ou seja, estão enquadrados dentro das Especificações para cadastro do Decreto 2791 de dezembro de 1996 em seu art. 1º, § 1º:

> São contemplados os municípios que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias de mananciais superficiais para atendimento das sedes urbanas de municípios vizinhos, com áreas na seção de captação de até 1.500 Km², em utilização até a data da aprovação da Lei Complementar nº 59/91, bem como mananciais subterrâneos para atendimento das sedes urbanas de Municípios vizinhos, em regime de aproveitamento normal. (PARANÁ – Decreto 2791, 1996, art.1º, § 1º)

Todos os municípios que queiram ser contemplados com o ICMS Ecológico devem ter em suas unidades de conservação parques estaduais ou municipais, área de proteção ambiental, florestas estaduais ou nacionais, entre outros. Dos municípios que estão cadastrados e recebem subsídios do ICMS Ecológico, os 10 Municípios que mais receberam recursos no ano de 2019, e que atendem aos requisitos são:

Tabela 1: Classificação de Municípios que mais receberam ICMS Ecológico em 2019.

Município	Valor (R$)
São Jorge do Patrocínio	10.879.723,33

Alto Paraíso	5.667.012,96
Céu Azul	5.375.771,83
Guaraqueçaba	5.118.857,35
Antonina	5.102.622,78
Serranópolis do Iguaçu	4.621.353,39
Altônia	4.385.403,23
Matelândia	4.350.039,11
Turvo	4.300.755,03
Tuneira do Oeste	4.184.508,08

Fonte: Autores com base nos dados da SEDEST/IAP/SEFA/PR/2020.

Dos Municípios na Tabela 1, destaca-se os três primeiros os recursos destinados as unidades de conservação: O Município de São Jorge do Patrocínio recebeu no ano e 2019 o valor total (acumulado) de R$ 10.979.723,33 de recursos de ICMS Ecológico. A destinação dos recursos foi na unidade de conservação em área de Proteção Ambiental (APAM) de São Jorge do Patrocínio (municipal) no valor de R$ 1.840.373,11 e no Parque Nacional de Ilha Grande/São Jorge do Patrocínio (federal) no valor de R$ 9.039.350,22. No Município de Alto do Paraíso, a destinação dos recursos foi, também, para a Proteção Ambiental (APAM) do Município no valor de R$ 747.547,06 e para o Parque Nacional de Ilha Grande/Alto Paraíso o valor de R$ 4.919.465,90. No Município de Céu Azul o valor recebido em 2019 foi de R$ 5.375.771,83, por motivo do município fazer entorno da unidade de conservação Federal do Parque Nacional de Foz do Iguaçu. Muitos Municípios possuem muitas áreas de preservação e conservação ambiental e sofrem divisão de recursos pelo tamanho da área geográfica e grau de manutenção e preservação, necessários. Outros Municípios possuem grandes áreas e necessitam de recursos para a preservação, mas com poucas unidades de conservação.

O Município de Maringá, não está entre os principais municípios que arrecadam recursos pelo ICMS Ecológico. Em 2019, recebeu o valor de R$ 908.715,58 de acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo – SEDEST – Paraná, para as unidades de conservação, apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2: Valor recebido de ICMS Ecológico por unidade de conservação em 2019 pelo Município de Maringá.

Município	Unidade de Conservação	Valor R$
Maringá	PM Borba gato	30.108,14
	PM das Palmeiras	40.164,20
	PM das Perobas	113.706,51
	PM do Cinquentenário 1 e 2	47.971,73
	PM do Ingá	379.517,32
	PM do Sabiá	18.727,63
	PM dos Pioneiros	272.068,31
	PM Guayapó	6.451,74
	Total /2019	**908.715,58**

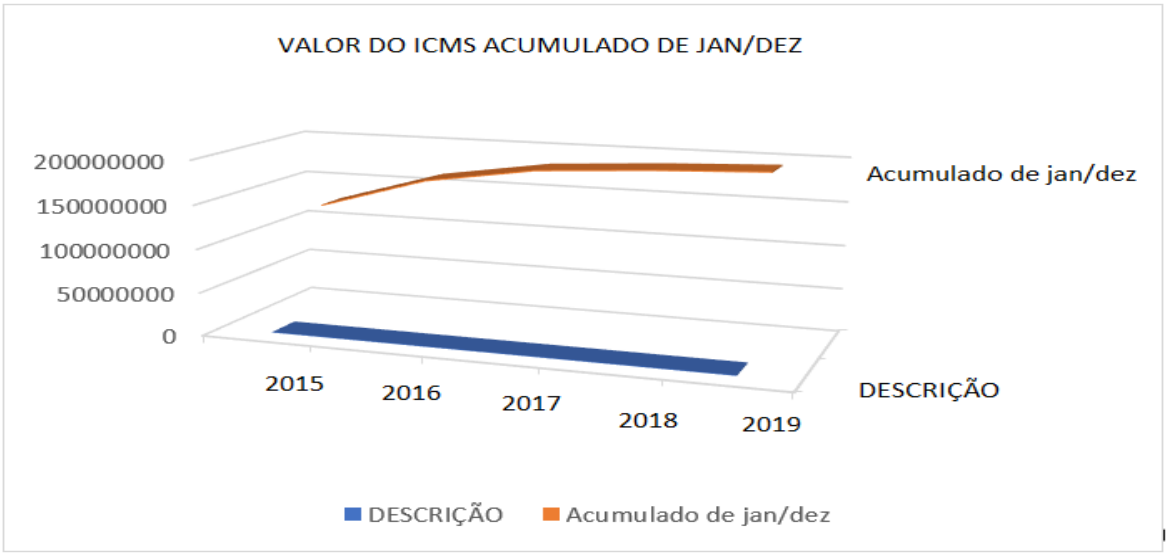
Fonte: Autores com base nos dados da SEDEST/IAP/SEFA/PR/2020.

Em comparação a outros Municípios, o de Maringá, tem ainda muito o que desenvolver em atividades ambientais que possa ser agregado aos requisitos determinantes do decreto do Decreto 2791/1996. Apesar das várias unidades de conservação, são de pequena extensão. Para cada unidade de conservação, há necessidade de ter itens que são importantes na avaliação do IAP/PR, no momento de concessão dos recursos. Todavia, em nível de Estado os recursos repassados por município em 2019, foram muito maiores dos valores repassados em 2015.

Nota-se no Gráfico 2, que do ano de 2015 a 2019, houveram acréscimos de investimentos na área ambiental, ou seja, na preservação e manutenção das áreas preservadas por parte do Estado. Assim, como o interesse dos gestores Locais quanto a se adequarem as exigências das normas para o enquadramento no ICMS Ecológico.

No período estudado até o momento, os resultados apesentam-se no Gráfico 2, dos recursos repassado aos 216 Municípios cadastrados junto a SEDEST/PR para o recebimento de recursos de ICMS Ecológico:

Gráfico 2: Valor do ICMS Ecológico repassados aos Municípios no período de 2015 a 2019.



Fonte: Autores com base nos dados da SEDEST/IAP/SEFA/PR/2020

Conforme apresentado no Gráfico 2, no ano de 2015, o Governo do Estado do Paraná, repassou aos 200 municípios cadastro o valor bruto acumulado de R$125.687.613,61 de recursos para a preservação ambiental. Em, 2016 o valor correspondeu a R$162.285.463,62 para os 203 municípios. Um acréscimo de R$36.597.850, corresponde a três novos municípios que conseguiram a certificação do ICMS Ecológico. Em 2017, o valor foi de R$181.031.674,26, correspondente a 204 municípios participantes. Em 2018 igual a R$188.216.573,22 (210 municípios) e em 2019 o valor de R$193.165.793,12. O acréscimo dos valores foram correspondentes as áreas de municípios que adequaram e ganharam o repasse dos recursos por conseguirem ter mais unidades de conservação aprovadas, como, também, mais municípios que de agregaram ao ICMS Ecológico. De 2017 a 2019 houveram aumento de participantes de 204 municípios para 216 em 2019, ou seja, 12 novos municípios compuseram o quadro de municípios cadastros para receberem o ICMS Ecológico. Nota-se que a quantidade de municípios participantes do repasse do ICMS Ecológico está crescendo durante o período de estudo. A arrecadação do ICMS do Estado, deve estabilizar com pequenas margens de variações, o que leva a reflexão que haverá no

decorrer dos próximos anos uma diminuição dos valores recebidos para cada município cadastrado no ICMS Ecológico. Quanto ao total repassado do Estado, não terá grau elevado de variações de valor, mas em termos de aumento de municípios participantes o grau de porcentagem a ser distribuídas por município poderá vir a ter uma variação negativa em termos de proporcionalidade. O que leva a necessidade de repensar, no presente, a política ambiental aplicada pelo Estado, por meio de repasse de recursos pelo ICMS Ecológico.

3. CONCLUSÕES

Os dados apresentados nesse artigo, foram uma parte da pesquisa que está em desenvolvimento por meio do projeto de extensão na área de Agricultura Familiar e ICMS Ecológico, realizado pelos autores.

Em análise parcial, têm-se que todos os repasses provindos do ICMS Ecológico, vem da fonte de recursos das Receitas de Tributos do ICMS arrecadado pelo Estado. Dos repasses desse imposto devido aos Municípios o incentivo dado pelo Estado para a preservação e manutenção da sustentabilidade ambiental é um mecanismo de politicas públicas, ideal para as ações ambientais que são desenvolvidas pelos governantes Locais. É um incentivo que contribui muito para o meio ambiente.

Apesar que pela Constituição Federal de 1988, fica clara o papel de cada governo (Federal, Estadual e Municipal), e o qual, a preservação, manutenção e a gestão de ações que promovam a sustentabilidade ambiental é dever dos governantes eleitos, para a sua área geográfica, os repasses realizados por meio do ICMS Ecológico, contribui muito aos pequenos Municípios que possuem recursos escassos e não conseguem rubricas orçamentárias suficientes para a preservação ambiental.

O ICMS Ecológico é um instrumento, importante, atual e está sendo utilizado por vários governantes Estaduais, que contribuem para a preservação das unidades de conservação. Deve ser repensado de forma apropriada em virtude do crescimento de conscientização e participação de municípios, todavia, tem que ser visto como um incentivo dado pelo Estado aos Municípios, mas, ainda, a responsabilidade da

preservação e conservação das unidades consideradas patrimônio natural público, deva ser de todos da federação (União, Estados e Municípios).

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp>, acesso em setembro de 2020.

BRASIL. Lei Complementar 59 de 01 de outubro de 1991. Publicado no Diário Oficial no. 3609 de 1 de outubro de 1991. Disponível em https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8383&indice=1&totalRegistros=9&anoSpan=1995&anoSelecionado=1991&mesSelecionado=0&isPaginado=true, acesso em setembro 2020.

BRASIL. **Lei Nº 6.938,** de 31 de agosto de 1981. Disponível em< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-normaatualizada-pl.pdf> acesso em setembro de 2020.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 18ª Ed., 2010.

OLIVEIRA, Thiago Vieira Mathias de; MURER, Yully Cristiano. **O ICMS Ecológico e a implementação de Políticas Públicas Ambientais no Estado de Rondônia**. Revista de Direito Público, Londrina, v. 5, n. 1, p. 185-216, abr. 2010.

PARANÁ. **Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).** Disponível em: <http://www.sedest.pr.gov.br/servicos/Servicos/Meio-ambiente/Receber-ICMS-Ecologico-Ok3bqLNb>, acesso em setembro de 2020.

PAYÂO, Jordana Viana. RIBEIRO, Maria de Fátima. **A extrafiscalidade tributária como instrumento de proteção ambiental**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 11, n. 3, p.276-310, dez. 2016. DOI: 10.5433/1980-511X.2016v11n3p276. ISSN: 1980-511X.